A RETIRADA DA POPULAÇÃO ORIGINÁRIA DA COMUNIDADE CAJUEIRO:
enfoque no Terreiro do Egito e a Resistência Popular

Ana Alice Torres Sampaio[1]
Nyedja Rejane Tavares Lima[2]
Suelen Cipriano Milhomem Dantas[3]

THE REMOVAL OF THE ORIGINARY POPULATION FROM THE CAJUEIRO COMMUNITY: focus on the Terreiro do Egito (Temple of Tambor de Mina) and Popular Resistance

RESUMO

O presente estudo visa tecer considerações acerca do conflito sociocultural ocorrido na Comunidade do Cajueiro, em São Luís- MA, mais especificamente na região do Terreiro do Egito, sob o aspecto dos movimentos de resistência popular pela posse da terra dentro da comunidade e historicidade da população originária retirada do local. Para tanto, por meio de revisão bibliográfica, utilizou-se como referenciais teóricos obras de Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Stuart Hall e Michael Pollak, além de artigos, teses e dissertações pertinentes ao tema deste trabalho, bem como, documentais com o uso de dados estatísticos obtidos por órgãos e entidades oficiais, propondo uma revisão de literatura acerca da localização da comunidade; dos registros históricos e documentais acerca dela; enfoque espacial, socioeconômico e cultural da população originária do referido Terreiro; e, ao final, os movimentos sociais de resistência popular na região.

Palavras-chaves: Resistência Popular. Comunidade Cajueiro. Memória. Identidade.

ABSTRACT

This study aims to make considerations about the sociocultural conflict that occurred in the Cajueiro Community, in São Luís-MA, more specifically in the region of Terreiro do Egypt, under the aspect of popular resistance movements for land tenure within the community and the historicity of the population original removed from the community. Therefore, through a bibliographic review, works by Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Stuart Hall and Michael Pollak were used as theoretical references, as well as articles, theses and dissertations relevant to the theme of this work, as well as documental archives with the use of statistical data collected by official agencies and entities, proposing a literature review on community location; from her historical and documentary records; spatial, socioeconomic and cultural focus of

[1] Universidade Federal do Maranhão. Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do Programa PGCult, turma 12/2021. E-mail: torres.ana@discente.ufma.br
[2] Universidade Federal do Maranhão. Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do Programa PGCult, turma 12/2021. E-mail: nyedja.lima@discente.ufma.br
[3] Universidade Federal do Maranhão. Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do Programa PGCult, turma 12/2021. E-mail: suelen.dantas@ufma.br

the original population of the Terreiro; and, at the end, the social movements of popular resistance in the region.

KEY-WORDS: Popular Resistance. Cajueiro Community. Memory. Identity.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar e investigar os movimentos de resistência popular pela retirada da população originária da comunidade do Cajueiro, com enfoque na região onde se situa o Terreiro do Egito, sendo abordada a questão espacial do território; os movimentos de resistência popular perpetrados ao longo do tempo; a historicidade; e a identidade cultural do Terreiro sob a égide dos movimentos citados com intuito de preservar sua memória.

Em pesquisa sobre o tema, percebeu-se que, ao longo deste último século, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza, "cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade" (SANTOS, 1994, p.10).

Para tanto, vê-se que a comunidade do Cajueiro, conforme Matos (2018), nessa "concepção de desenvolvimento econômico da região", em curso desde os anos 1970 e reorganizada nos anos 1990, desconsidera as populações locais e de entorno, cujas áreas são visadas para sua expansão e consideradas como vazios demográficos existenciais; de tal modo que esses conflitos entre agentes de expansão capitalista, estatais ou privados, e povos e grupos sociais locais, têm sido uma marca permanente da implantação desse tipo de projeto (SANT'ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Com o processo de expansão urbana das cidades e o desenvolvimento das atividades econômicas no Maranhão:

> [...] surge o interesse de diversas empresas para implantação de projetos de grande porte no estado. Dentre estes, destaca-se a proposta de implantação de um Terminal Portuário pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais cuja implantação seria na área sudeste da ilha de São Luís, mais precisamente na comunidade Cajueiro. Esse recorte territorial é distribuído em sete partes, sendo elas: Cajueiro Centro, Guarimanduba, Andirobal, Prainha, Morro do Egito, Parnauaçu e Sol Nascente, totalizando mais de 600 famílias residentes (MARANHÃO, 2019).

Porém, durante a concepção projetual, os efeitos sociais e ambientais da implantação do referido Porto foram desconsiderados, gerando conflitos à medida em que o processo de construção da obra tornou-se realidade e as partes interessadas entraram em conflito (BRASIL DE FATO, 2020).

Assim, na comunidade do Cajueiro encontra-se situado o Morro do Egito, uma elevação de terra às margens da baía de São Marcos, que segundo Ferretti (2016) foi ocupado pela população negra maranhense desde o tempo da escravidão, tendo sido utilizada a sua mata para abrigar escravos fugidos, além de local de reunião e realização de rituais religiosos. A agressão aos povos de Terreiro, praticantes do Tambor de Mina, dá-se em decorrência de ali localizar-se o Terreiro do Egito, um dos mais antigos do Maranhão:

> [...] de onde descendem gerações de pais-de-santo espalhados pelo estado e cuja história remonta à resistência de seus antepassados, negros, escravos, sobreviventes de todo tipo de intolerância e que, a duras penas, protegiam as raízes ligadas aos seus ancestrais. A luta em defesa do território Sagrado do Terreiro do Egito confunde-se com o enfrentamento pela conservação da própria comunidade do Cajueiro (SILVA E PEREIRA, 2018).

Ressalta-se que as consequências decorrentes da obra do terminal na comunidade em questão, afetaram não somente a conservação ambiental da área mencionada, mas também e diretamente, o território sagrado dos adeptos do Tambor de Mina que ali se encontram (SILVA e PEREIRA, 2018).

Neste sentido, durante esta pesquisa, busca-se responder as seguintes problematizações: em que medida a retirada da população originária da comunidade do Cajueiro gerou conflitos socioculturais na região do Terreiro do Egito? Como aconteceu o movimento de resistência popular de manutenção da comunidade do Cajueiro? Qual a situação atual do Terreiro do Egito?

Por fim, para realização deste, será utilizada a abordagem qualitativa, com levantamento e revisão integrativa bibliográfica e documental (a partir de produções acadêmicas e técnicas, dissertações e teses) com objetivo de elucidar a temática investigada, bem como pela coleta de dados em sites específicos (constituídos de documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, associações de bairro, igrejas, sindicatos e afins. Incluem-se aqui inúmeros outros

documentos como relatório de experiências, fotografias, gravações etc.) encontrados nos repositórios de busca deste primeiro semestre do ano de 2021.

3 O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DO CAJUEIRO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA POPULAR (ESPAÇO)

A trajetória dos conflitos socioambientais no Brasil é caracterizada pelo enfrentamento de povos e comunidades tradicionais contra empresas de grande porte e órgãos governamentais que buscam executar projetos desenvolvimentistas em seus territórios:

> [...] em função de muitas estarem localizadas em áreas que interessam a particulares, a empresas e, em muitos casos, ao próprio Estado, seja por razões comerciais ou estratégicas, além da agudização de conflitos, de violação de direitos fundamentais" como revela Souza Filho (SANTOS, 2008, p.13).

Sob a égide da "urbanização moderna" (BURNETT, 2008), estrutura-se o fato urbano ludovicense (GEIGER, 1963).

> Nesse contexto, os poderes instituídos, quais sejam, Estado e corporações, impulsionaram parte dos sujeitos sociais a um constante processo de expulsão, ou seja, repelindo-os cada vez mais para as áreas periféricas da urbe. Nesse sentido, a cidade reproduz padrões de urbanização reconhecidos como os da formação socioespacial brasileira. É neste contexto de recorrentes expulsões – ou seja, aqueles momentos em que uma condição familiar se torna extrema e precária (SASSEN, 2016) –, como é o caso da comunidade do Cajueiro (bem como de diversas periferias da cidade) e a vulnerabilidade se consolida (CRUZ e ANTIPON, 2020).

A comunidade do Cajueiro é compreendida por cinco núcleos (Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro), [...]. Além disso, na região há um vasto patrimônio arqueológico e o lugar mais antigo de culto afro na capital do Maranhão, o Terreiro do Egito, que deu origem a vários terreiros que se espalharam pela região, Brasil e pelo mundo (BRASIL DE FATO, 2020).

Segundo relatório elaborado por pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Maranhão acerca das comunidades pertencentes à Zona Rural II de São Luís, no território do Cajueiro pode ser encontrado áreas de igarapé, brejos e mangues, além das praias do Cajueiro e Parnauaçu, importantes campos de produção de camarão Piticaia (GEDMMA, 2014). Neste território apresenta-se espacialidades e temporalidades sobrepostas, que vão de lugar sagrado religioso – Tambor de Mina

mais antigo do país -, datado de 1864, abrigo de escravos fugidos -, até uma história de recente ocupação (MENDONÇA e MARINHO, 2016).

Ainda, é um espaço marcado por constantes conflitos, também cercado por fábricas de cimento, por uma usina termoelétrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale. Em consequência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cajueiro está localizado numa das áreas mais pobres e desiguais do país e é uma das mais poluídas - 4,5 vezes mais poluída que Cubatão (SP) nos anos 1990 (BRASIL DE FATO, 2020). De acordo com Martins e Alves (2017):

> Na década de 1990, com o avanço das atividades industriais e portuárias, inúmeras empresas principalmente do setor minero-metalúrgico e indústrias diversas também foram atraídas para a região, aumentando a especulação imobiliária e acirrando os conflitos em função da compra e venda ilegal de lotes de terras em áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades de pescadores-lavradores, nas quais existem também inúmeros lugares sagrados.

No ano de 1998, após muitos conflitos de terras e reivindicações das comunidades, o Governo do Maranhão, por meio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), declarou com Decreto Governamental a área do Cajueiro como assentamento rural por meio de “Escritura Pública de Condomínio” [...]. (MARTINS e ALVES, 2017).

> O assentamento rural por meio de escritura pública de condomínio, reconhecido pelo Decreto Governamental a área do Cajueiro, juridicamente, confere garantia quanto a posse da terra. Daí o retrato de como tais normas são desconsideradas frente ao apelo modernizante, vinculado à noção de desenvolvimento e amparado estritamente na racionalidade economicista. A pressão pela criação do porto privado – esse *macrossistema técnico* (CATAIA, 2014) –, implicou, na metrópole de São Luís, em manifestações dialéticas e contradições entre os distintos usos de seu território: simultaneamente, marcado por impulsos globais – as chamadas verticalidades – e os diversos modos de organização da vida no lugar, ações reconhecidas como horizontalidades (SANTOS, 1996).

Diante de tais ordens externas, ressalta-se a resistência dos povos originários da Comunidade – os moradores que, paulatinamente, passaram a ter suas relações cotidianas e modos de vida ameaçados pela lógica da racionalidade corporativista do capital (CRUZ e ANTIPON, 2020). Entretanto, foi a partir de 2004 que as comunidades passaram a sentir mais diretamente as ameaças de perda dos seus territórios para o projeto do polo siderúrgico. (MENDONÇA e MARINHO, 2016).

> Após anos de lutas de resistência, em 2014, a comunidade de Cajueiro passou a ser ameaçada em função do projeto de construção de um porto da

> empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, do grupo WTorre. O Terminal de Uso Privado (TUP) da WPR foi anunciado e autorizado pelo Ministério dos Transportes em janeiro de 2016, com apoio do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís, com previsão de investimentos governamentais da ordem de R$ 1,782 bilhão de reais (MARTINS e ALVES, 2017).

Ademais, os moradores do Cajueiro dependem do território para sua existência social, cultural, simbólica e econômica; além de possuir relação de afetividade com o lugar devido suas identidades e territorialidades ancestrais, conforme assinala Tuan (1980); portanto, lutando pela manutenção desses laços.

> Decerto que a organização de resistência do Cajueiro pode ser interpretada não apenas como um processo político de negação à expulsão de moradores de seus lugares ancestrais, mas sobretudo, como uma maneira de se construir, a partir da luta pelo território, o que se acredita configurar a cidadania plena: a garantia do direito à existência (CRUZ e ANTIPON, 2020).

Outrossim a forma de ordenação do espaço urbano, utilizada pelo Estado desvaloriza o espaço geográfico:

> Tal racionalidade territorial conjuga-se “em um meio de controle da ordem urbana” (MONTEIRO, 2007, p. 42), ou seja, carregado de intencionalidades e ideologias as quais buscam articular o território para a produção racional, desconsiderando a vida das pessoas e seus laços afetivos com os lugares (TUAN, 1980). Mais que isso, desvalorizando o espaço geográfico sob a perspectiva existencial (SILVEIRA, 2006) – lócus dos conteúdos, anseios, desejos e projetos dos sujeitos (CRUZ e ANTIPON, 2020).

Por fim, cabe ressaltar que a organização de seus moradores junto à sociedade civil, em luta pela permanência em seu território ancestral, demonstra exatamente a potencialidade de se construir um meio coletivo e solidário - um projeto de realização da vida sob narrativas mais cidadãs (CRUZ e ANTIPON, 2020).

4 A HISTORICIDADE DA REGIÃO DO TERREIRO DO EGITO NA COMUNIDADE DO CAJUEIRO (MEMÓRIA)

A Vila Cajueiro é formada por alguns núcleos de povoamento, que são, Parnauaçú, Andirobal, Guarimanduba, Cajueiro e Morro/Terreiro do Egito, recaindo sobre este último, o enfoque deste trabalho. O Morro do Egito é uma elevação de terra às margens da baía de São Marcos, que segundo Ferretti (2016), foi ocupado por grande parte da população negra maranhense desde a escravatura, cuja mata

fechada foi diversas vezes utilizada para abrigar escravos fugidos, além de ter sido um local de reunião e realização de rituais religiosos.

Nesse sentido, é no Morro do Egito, que se localizava o espaço do Terreiro do Egito, tratado como um local sagrado pelos praticantes do Tambor de Mina, religião de matriz africana. Importa dizer que o conflito que permeia a comunidade do Cajueiro não diz respeito somente a uma questão territorial, mas de identidade cultural e preservação do sagrado, vez que dentro da localidade há este elemento que se revela como verdadeiro símbolo de resistência, reconhecido como Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão (LIMA NETO, 2021).

Para melhor compreensão acerca da representatividade deste espaço para os moradores da comunidade, faz-se imprescindível discorrer sobre a sua historicidade. Conforme dados trabalhados por Martins e Pantoja (2017), em entrevista concedida por Pai Euclides da Casa Fanti-Ashanti, aos membros do GEDMMA, a origem deste Terreiro, data do século XIX, entre os anos de 1860 e 1870, e foi fundado por Basília Sofia, mulher negra cujo nome privado era Massinocô Alapong, que era de Cumassi, Costa do Ouro, atualmente Gana. Após o falecimento de sua fundadora, em 1912, o local ficou sob os comandos de Mãe Pia durante cinquenta e cinco anos, até que deixou de funcionar de maneira regular em 1970, entretanto, continuou a ser frequentado para a prestação de homenagens aos guias espirituais, realizar oferendas, encantarias e obrigações.

Na mesma senda, o GEDMMA (2014) narra que, os pais-de-santos e demais frequentadores do Terreiro mais velhos, contavam que em dias de festa, avistava-se o navio encantado do Rei Dom João, e complementa Alexandre Lima Neto (2021), que essas narrativas são ecoadas pelos membros da comunidade, que cultivam, desta maneira, a memória coletiva que formam sua identidade cultural.

Ainda sob a perspectiva abordada por Mundicarmo Ferretti (2016), tem-se que a antiguidade do Egito é atestada pelos moradores do local, em especial, os que possuem idade mais avançada, assim como, foi registrada em depoimentos publicados pelos dirigentes religiosos que foram preparados no Terreiro do Egito, ou que acamparam em suas terras principalmente no mês de dezembro (período em que se realizava o ritual do Baião no dia de Santa Luzia). O Terreiro não foi apenas

nascente de rituais tradicionais, mas de preparação de pais-de-santo, que fizeram a iniciação de outros, alguns deles abriram casa de Mina não só no Maranhão, mas em outros Estados, tornando possível a difusão da religião afro-brasileira do Maranhão, ou seja, tudo isso, contribui para a construção e manutenção da identidade e memória negra maranhense.

Nesse sentido, a respeito da construção e manutenção da memória coletiva Michael Pollak (1989), apresenta algumas concepções, como a de Maurice Halbwachs que demonstra a força de diferentes pontos de referência que estruturam a memória com associação à memória da coletividade, como monumentos, o patrimônio arquitetônico, paisagens, tradições e costumes.

Atrelado a isso, a nuance durkheimiana acerca da memória, aborda uma estruturação que fundamenta o sentimento de pertencimento a um grupo, nessa abordagem, a ênfase é na força dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. No mesmo segmento, é trazida para a obra uma reflexão acerca dos processos e atores que participam da constituição e formalização das memórias, de modo que, ao demonstrar, a perspectiva dos excluídos, marginalizados e minorias, é possível ressaltar a importância das memórias subterrâneas, como parte integrante de culturas minoritárias dominadas, que se opõem à “memória oficial” (POLLAK, 1989).

Relativamente ao Terreiro do Egito, é possível verificar a sua importância cultural e histórica, para a manutenção da memória coletiva dos moradores da comunidade Cajueiro, materializada no território do Morro do Egito, que como explicitado acima, identifica e proporciona aos moradores e seus descendentes um sentimento de pertencimento àquela comunidade.

5 A IDENTIDADE CULTURAL DO TERREIRO DO EGITO: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PARA SUA MEMÓRIA

Para tratar de Identidade cultural, numa perspectiva pós-moderna, se faz necessário citar o inglês Stuart Hall. Ela é vista de maneira dinâmica, num fluxo entre a igualdade e a diferença, sendo também um processo de socialização “[...] o sujeito

é analisado pelo outro dentro dos sistemas nos quais estão inseridos e que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa" (HALL, 2006, p. 20). Ainda, a constituição da identidade se dá por meio da junção dos atos de atribuição (a influência do outro) e os atos de pertença (identidade para si), dessa maneira, o âmago do processo identitário, é a identificação (ou não) com as atribuições que são sempre do outro (HALL, 2006).

Ademais, com ênfase na pós-modernidade, Bauman propõe que a identidade se refere às comunidades possuem uma ligação por destino ou modo de vida, ou por ideias, princípios (BAUMAN, 2009).

Por este modo, a fim de trazer um contexto identitário ao estudo, observe-se o Terreiro do Egito. Conforme já explicitado, foi fundado pela africana Basília Sofia, sendo também um espaço de resistência política na época da escravidão, abrigando diversos escravos fugitivos e aonde vários filhos-de-santo foram preparados espiritualmente para permanência de suas encantarias e rituais no Terreiro desde o século XX, sob a coordenação da Vondunsi Mãe Pia (FERRETTI, 2016). Entretanto, com o falecimento desta, o Terreiro do Egito teve seu funcionamento interrompido e registraram-se, mediante entrevistas orais, tentativas de mantê-lo, contudo, mal-sucedidas (NETO E CUTRIM, 2021).

A comunidade do Cajueiro é considerada uma espacialidade sagrada, reconhecida com Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão, sendo o que lhe sobressai, a identidade cultural. Os moradores pontuam as encantarias e os ritos como formas de visibilidade presentes, conforme as religiões de matrizes afro-brasileiras (ALVES e MARTINS, 2017). Além disso, no Terreiro do Egito, havia a prática do Tambor de Mina ou a Mina, iniciado em meados do século XIX até 1970, quando foi desativado.

É relevante destacar que, nas pesquisas do professor Sérgio Ferretti (2006), as religiões de matriz africana foram fundamentais para o entendimento da formação cultural e religiosa do Maranhão. Outrossim, o engenheiro civil maranhense, Bento Moreira Lima Neto, que em meados dos anos de 1970, trabalhou na construção do Porto de Itaqui, descreveu uma série de casos de desaparecimento de mergulhadores

em 1971, cujos motivos eram atribuídos à ação dos “encantados” (no caso à Princesa Iná que havia sido contrariada com a construção do porto):

> Antes de começar seu trabalho de manhã cedo, vestia uma roupa negra de mergulhador e se dirigia para a beira do cais com uma pequena sacola. Em determinado ponto, em frente ao armazém, parava para se sentar no chão, baixava a cabeça e fazia uma oração, sempre sozinho, em seguida, abria a sacola de onde retrava alguns colares coloridos confeccionados com dentes de peixes e animais, ossos ou qualquer coisa assim, que ele repassando na ponta dos dedos, devagar, e, sem parar de rezar, colocando em volta o pescoço em um ritual místico e íntimo [...] Aparentando a calma de sempre, colocou a máscara que se ligava ao tubo e oxigênio em terra, por uma mangueira fina e negra, e fixou a corda de segurança na cintura, que também servia para se comunicar com o ajudante de terra e onde ficavam amarrados os pesos de chumbos que permitia afundar mais rápido. Caminhou para o mar, serenamente, como fazia todos os dias e logo desapareceu em suas águas escuras e sem ondas [...] (NETO e CUTRIM, 2021, p. 03).

Ainda, nos registros de Moreira Neto, o líder religioso Jorge de Itacy ou “Jorge da Fé em Deus” e “Sebastião do Coroado”, eram os pais-de-santo respeitados a época em São Luís, que, inclusive, foram convidados pelas autoridades para pedir permissão à Princesa Iná, encantada e habitante no fundo da baía de São Marcos, para que ela pudesse conceder autorização à continuidade das obras do Porto - a princesa ficou revoltada pela perturbação em seu palácio com as obras da construção do Itaqui, causando vários acidentes e mortes (NETO e CUTRIM, 2021). Logo, o Porto foi considerado morada de encantados, um lugar sagrado, com transcendências de espaços físicos, bem como de identidade cultural, religiosa, com tradições, sincretismos, rituais, crenças, simbologias e memórias coletivas compartilhadas por seus praticantes (FERRETTI, 2006).

As narrativas de construção do Porto se desdobram também nas transformações sentidas pela comunidade lá residente, em seu modo de vida, pelas obras, destruição de ecossistemas pesqueiros, das áreas de manguezais, atingindo a subsistência da comunidade da região. Outrossim, desde o início da construção, diversas foram as ameaças de *deslocamentos forçados* para as futuras instalações de empreendimentos portuários e industriais naquela porção da Ilha do Maranhão.

Conforme SILVA e PEREIRA (2018), a partir da década de 1970, registrou-se o avanço de atividades industriais principalmente do setor mineiro-metalúrgico, provocando o aumento da especulação imobiliária e principiando os conflitos em função da aquisição ilegal de lotes de terras nas áreas tradicionalmente ocupadas por

comunidades de pescadores-lavradores, também locais sagrados. Também na mesma década até aproximadamente o ano de 2014, as comunidades originárias notaram o esgotamento dos recursos naturais, os prejuízos ao ambiente, o avanço de indústrias de grande porte e de casos de "grilagem" de terras registrados por lideranças locais; criação do projeto político unificado de uma Unidade de Conservação (Reserva Extrativista – RESEX – Tauá-Mirim); auxílio da União de Moradores, dos membros do GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente/UFMA); dos membros do GPMINA (Grupo de Pesquisa "Religião e Cultura Popular/UFMA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (ALVES e MARTINS, 2017).

Sob a orientação e devidamente acompanhado por uma liderança do Cajueiro, os membros do GEDMMA e do GPMINA realizaram várias entrevistas com antigos moradores; levantamento de informações e contatos dos descendentes do Terreiro do Egito; elaboração de genealogia de diferentes gerações de pais e mães de santo; tudo isso culminando com a elaboração de um manifesto através de uma Carta Aberta enviadas aos órgãos governamentais respectivos (GEDMMA, 2014).

O marco representativo, de identidade cultural e memória para valorização da comunidade ameaçada de desaparecimento foi uma cerimônia com presença das autoridades religiosas, lideranças comunitárias e leitura da Carta Aberta, finalizando com o levantamento do mastro - o "pau da paciência", demarcando o território sagrado:

> [...] Em toda diáspora afro – americana, o Maranhão se configura pela singularidade **de ter sido o único local no qual o Tambor de Mina se constituiu como religião matriz dos cultos africanos, fundada em meados do século XIX na capital**. O Terreiro do Egito, juntamente com a Casa das Minas, a Casa de Nagô, o Terreiro da Turquia e o Terreiro do Justino (fundado em 1896) **são as matrizes das comunidades afro religiosas no estado**. O terreiro do Egito é um lugar sagrado e merece ser respeitado; é um **símbolo de resistência, pois enfrentou os limites impostos por uma sociedade marcada pela escravidão; enfrentou todos os tipos de intolerância religiosa e cultural. Resistiu e resistirá!** Seus herdeiros hoje lutam pelo seu reconhecimento, pela sua importância para o povo do Maranhão e para a história do Brasil (Trecho da Carta Aberta, FERRETTI, 2006, p. 02 – grifo nosso).

A resistência popular para o Cajueiro tem se intensificado, ganhou adesão de matérias jornalísticas, o apoio da Defensoria Pública Estadual (juridicamente, a

instituição tem questionado a compra dos terrenos e o processo de licenciamento ambiental). Atualmente, a área do Terreiro do Egito teve sua delimitação física fora da área do projeto do Porto, contudo, será diretamente afetado, pelo uso do maquinário na parte terrestre e na parte aquática, além do fluxo de embarcações de grande porte e de navios. A obra iniciou no ano de 2018, no entanto, mesmo com autorização judicial para desapropriar as casas (o que já aconteceu) e algumas famílias originárias resistindo em seus terrenos; imbróglios judiciários agrários; o bilionário custo de financiamento e transporte após a pandemia, suspenderam a continuidade da obra (VALOR, 2021).

Obviamente, trata-se nesta temática e problematização, da memória estudada por Michael Pollak, uma vez que a memória ancestral do Terreiro do Egito incorre pelo afeto, religiosidade, crenças, rituais e mútua reciprocidade entre os descendentes, cujo sentimento de pertencer a um ancestral comum se uniformiza.

Percebe-se assim, que o relato de resistência da Comunidade do Cajueiro, mais precisamente, do Terreiro do Egito ocorre por meio das “memórias subterrâneas”, isto é, aquelas que figuram como parte integrante das culturas minoritárias, resistentes, que sofrem ataques de intolerância religiosa e dominadas, em oposição à memória oficial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a aprovação do projeto para construção do porto e posteriores desapropriações para retirada da população originaria da comunidade do Cajueiro, a comunidade tem passado por um processo de resistência, cujo objetivo é a permanência em seu território, isto porque, trata-se de uma comunidade tradicional, seus moradores dependem da permanência na localidade por motivos sociais, culturais e econômicos, além das relações de afetividade e identidade, bem como, sentimento de pertencimento àquela comunidade.

Como bem explanado, a Vila de Cajueiro é formada por alguns núcleos de povoamento, dentre eles, um local em especial, carrega além de uma forte

historicidade, um traço de identidade cultural, preservação do sagrado e ancestralidades muito relevantes, qual seja, o Terreiro do Egito.

A delimitação da área do Terreiro do Egito está fora da zona inclusa no projeto do porto, contudo o território será afetado devido ao espaço sagrado abranger uma área mais ampla, onde máquinas atuarão na faixa terrestre e aquática, assim como a presença e fluxo de navios e outras embarcações de grande porte. [...]. (MARTINS; ALVES, 2017; MARANHÃO, 2020).

Ao longo do presente trabalho foi possível demonstrar a relação de identidade e sentimento de pertencimento que permeiam esse local específico, localizado dentro da Comunidade Cajueiro, que corroboram e reafirmam a necessidade de preservação do local e consequentemente da memória coletiva acerca do Terreiro, templo que foi origem de todos os outros templos e rituais do Tambor de Mina no Brasil.

Por fim, conclui-se com a presente pesquisa, sem a intenção de esgotar o tema, que o crescimento e expansão das cidades, deve ocorrer em consonância com um desenvolvimento sustentável, priorizando a preservação da cultura, costumes, memória e identidade das comunidades preexistentes (como a do Terreiro do Egito), com a criação de políticas públicas que priorizem a coexistência pacífica das populações originárias da comunidade do Cajueiro e o processo de urbanização, contribuindo para a valorização da área, aumento da oferta em serviços e lazer, promovendo bem estar à sua população e possibilitando a implantação do porto, que trará investimentos para todo o estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elio Pantoja e MARTINS, Carolina Souza. Terreiro do Egito: memórias e resistência em São Luís do Maranhão. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** -, ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 137-151, Jul-Dez, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.2.do.07. Acesso em 10 de jul. 2021.

BAUMAN, Zygmund. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: UEMA, 2008.

BRASIL DE FATO. **Um ano após despejo violento, comunidade do Cajueiro (MA) resiste a ameaças.** Mariana Castro. Imperatriz/MA. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/02/um-ano-apos-despejo-violento-comunidade-do-cajueiro-ma-resiste-a-ameacas. Acesso em 08 de jul. 2021.

CATAIA, Marcio. Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional. ***In:*** **Colóquio Internacional de Geocrítica**, 13ª, 2014, Barcelona, p. 01-17. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Marcio%20Cataia.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2021.

CRUZ, Antônio José Araújo, ANTIPON, Livia Cangiano. Uso do Território, Informação de Comunicação na Metrópole de São Luís: Expulsão e Permanência na Comunidade do Cajueiro. **Ciência Geográfica - Bauru - XXIV** - Vol. XXIV- (3): janeiro/dezembro – 2020. Acesso em: 03 jul. 2021.

FERRETTI, Sergio Mundicarmo. O Egito na memória da comunidade do Cajueiro. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, nº 60 - junho de 2016. São Luís, 2016. Disponível em file:///C:/Users/gedmm/Desktop/BOLETIM-DA-CMF-Nº-60-JUNHO-2016-ISSN-1516-RECUPERADO-FINAL. Acesso em 20 de jul. 2021.

GEDMMA. **Relatório socioantropológico:** RESEX de Tauá-Mirim Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís: UFMA, 2014.

GEIGER, Pedro Pinchas. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-544, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. O planejamento: algumas considerações**. Etc, Espaço, Tempo e Crítica**, V. 1, n. 1, p. 40–54, 2007.

PEDRO, Viviane Vazzi. **"Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro":** necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, 308 fls. Disponível em: http://www.gedmma.ufma.br/wp-

content/uploads/2017/12/Tese-FINAL-Viviane-Vazzi-Pedro.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1989, vol. 02, n. 03.

PORTAL BRASIL: **Governo autoriza novo terminal de uso privado no Maranhão.** Portal Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/governo-autoriza-novo-terminal-de-uso-privado-no-maranhao>. Acesso em 20 maio 2021.

RICOUER, Paul. **Memória, história, esquecimento.** São Paulo: Unicamp, 2018, 1ª edição.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTANA JÚNIOR, Horacio Antunes. A difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais. In: ANDRADE, M. de P. e SOUSA FILHO, B. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 145-178.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Dayanne da Silva. “Vivemos sendo negociados”: território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão (MA). **KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, n. 2, p. 91–110, 2018.

SASSEN, Saksia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**: **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991. Acesso em: 15 de jul. 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

Valor Econômico. **Porto da CCCC no Maranhão não sai do papel.** Disponível em: https://www.sopesp.com.br/2021/07/01/porto-da-cccc-no-maranhao-nao-sai-do-papel/. Acesso em 11 de jul. 2021.